



RESOLUÇÃO

CONTRA OS NOVOS CORTES NAS PENSÕES

PELO AUMENTO DE TODAS AS REFORMAS E PENSÕES

Os reformados, aposentados e pensionistas, presentes na concentração de 24 de Julho de 2014, promovida pela Inter-Reformados/CGTP-IN e o MURPI, expressam a sua indignação, descontentamento e rejeição pelos roubos nas pensões a que têm sido sujeitos, nomeadamente, pelo Governo do PSD/CDS, cuja insensibilidade social e mentiras não têm limites. Depois de apresentar o Documento de Estratégia Orçamental (DEO), para o período de 2014-2018, que mantém o já incomportável aumento de impostos nos anos de 2013 e 2014, este governo da direita vem insistir na mesma receita, tão bem conhecida e apreciada por estes (des)governantes, que é o aumento da carga fiscal até 2018.

Após um período de apreciação pública da proposta de lei nº 236/XII - criação da Contribuição de Sustentabilidade - durante o qual foram dados pareceres negativos por parte da Inter-Reformados/CGTP-IN e pela Confederação MURPI, vai ser votada, no dia 25 de Julho, na Assembleia da República, a referida proposta.

A Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), passa a chamar-se Contribuição de Sustentabilidade (CdS), paga apenas pelos reformados, aposentados e pensionistas. Ou seja, muda o nome, mantém-se o roubo, e transformam o que antes diziam ser provisório em definitivo.

Para a Inter-Reformados e o MURPI, esta contribuição de sustentabilidade tem um efeito comparável a um imposto na medida em que reduz o rendimento disponível dos pensionistas.

Ao contrário do que sempre foi divulgado pelo Governo, nomeadamente no DEO, esta contribuição incide sobre o somatório de todas as pensões pagas a um mesmo titular, independentemente do seu valor – ou seja não está prevista nenhuma isenção directa para pensões inferiores a um determinado valor.

Porém, a Proposta de Lei determina também que, nos casos em que da aplicação da contribuição resulta uma pensão total mensal líquida inferior a €1000, o valor da pensão é completado pela atribuição de uma compensação a cargo da segurança social ou da CGA, ou de um complemento social quando se tratar de pensões mínimas do regime geral de segurança social.

Parece uma complicação desnecessária, excepto se a intenção subjacente for outra, como por exemplo não isentar totalmente estas pensões de contribuição, ou retirar a uma parte da pensão o seu carácter de prestação integrada no sistema contributivo.

A Inter-Reformados e o MURPI, consideram que a garantia da sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social é indissociável de uma ruptura com a política de direita e da implementação de uma nova política que assegure nomeadamente:

- A criação de emprego estável com direitos e uma justa remuneração;
- A diversificação das formas e fontes de financiamento dos sistemas de segurança social, encontrando soluções justas, que não onerem exclusivamente os trabalhadores e os pensionistas, mas envolvam o contributo activo de toda a sociedade e de todos os tipos de rendimentos, no respeito pelo princípio da solidariedade;
- Medidas de reestruturação da dívida pública, a taxação das grandes empresas com lucros obscenos, o fim dos Swap e das PPP e uma justa distribuição da riqueza.

Perante este quadro político, económico e social os reformados, aposentados e pensionistas, presentes na concentração de 24 de Julho de 2014, promovida pela Inter-Reformados/CGTP-IN e MURPI, decidem:

- Repudiar a proposta de lei nº 236/XII;
- Exigir o aumento de todas as pensões de reforma;
- Exigir a restituição dos subsídios de Férias e de Natal, retirados indevida e inconstitucionalmente;
- Exigir a alteração do Indexante dos Apoios Sociais – IAS;
- Exigir a revisão do regime de acesso às prestações sociais não contributivas, em particular no que respeita à condição de recurso, ao conceito de agregado familiar e à capitação de rendimentos;
- Exigir a garantia a todas as pessoas de um médico e um enfermeiro de família;
- Exigir a revogação do regime das taxas moderadoras, bem como do regime das comparticipações e transporte gratuito para os doentes;
- Exigir a reposição da concessão de desconto de 50% para idosos, em todos os tipos de transportes colectivos;
- Exigir a revogação da actual Lei das Rendias de casa;
- Exigir melhores condições de acesso e assistência no Serviço Nacional de Saúde e em outros serviços públicos.

Os reformados e pensionistas decidem ainda:

Apoiar e participar na Concentração que a CGTP-IN vai realizar, amanhã, dia 25 de Julho, às 10:00 horas no Jardim de S. Pedro de Alcântara, contra os novos cortes nos salários e pensões.

Vamos fazer ouvir a nossa voz de protesto, proposta e luta!

Exigimos a demissão imediata do governo, a convocação de eleições antecipadas, e uma política de esquerda e soberana!

POR NÓS, PELOS NOSSOS FILHOS, PELOS NOSSOS NETOS!

Lisboa, 24 de Julho de 2014